

ELISANGELA APARECIDA DOS SANTOS

**A INSERÇÃO DO BRASIL NO PROCESSO DE CONVERGÊNCIA CONTÁBIL
INTERNACIONAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná como requisito para a obtenção do título de Especialista em Contabilidade e Finanças.

**Orientador: Prof. Msc. Luiz Carlos
Souza**

CURITIBA

2008

Agradeço ao professor e orientador Msc. Luiz Carlos Souza, pelo apoio e encorajamento contínuos durante este trajeto, aos demais Mestres da casa, pelos conhecimentos transmitidos e a Universidade Federal do Paraná, pelo apoio e facilidades oferecidas.

Agradeço também a Deus por iluminar mais este caminho percorrido e aos meus familiares e amigos pelo apoio e compreensão na realização de mais este desafio.

**“Quando você muda a maneira de olhar
as coisas, as coisas que você olha
mudam”.**

Wayne Dyer

RESUMO

Em outubro de 2002, FASB e IASB formalizaram compromisso de convergência das normas americanas (USGAAP) e dos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), através do memorando de entendimento ("*Norwalk Agreement*"). Desde então, FASB e IASB tem promovido ações para convergência de USGAAP com IFRS. A partir de 2005, as normas contábeis internacionais – IFRS foram adotadas por 107 países. E as empresas listadas em bolsas de valores dos 25 países-membro da União Européia (UE) estão obrigadas a elaborar as demonstrações financeiras em IFRS. Em 2007 a União Européia assinou também um acordo de harmonização das normas contábeis. A organização que, a nível mundial, congrega as bolsas de valores, a "*International Organization of Securities Commission*" (IOSCO), desde 1995 reconheceu a necessidade da existência de um corpo de normas únicas aceitas por todas as bolsas e através de acordo firmado com o IASB, a IOSCO passou a adotar como referencial as normas do IASB. O ano de 2007 também foi de grande importância para o Brasil, no que se refere à inserção no ambiente globalizado da contabilidade. Tivemos alterações importantes na legislação com a aprovação da Lei 11.638 em 28 de dezembro de 2007. Neste trabalho, a partir do estudo das alterações produzidas pela aprovação desta lei e de normas internacionais relacionadas à elaboração das demonstrações financeiras por ela evidenciadas (Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC e Demonstração do Valor Adicionado – DVA), pretende-se verificar como será o percurso para inserção do Brasil no processo de convergência contábil internacional.

Palavras-chave: Inserção, harmonização, convergência, normas, contábeis, internacionais, lei.

SUMÁRIO

LISTA DE TERMOS	3
LISTA DE QUADROS	4
1 INTRODUÇÃO	5
2 PROBLEMA, JUSTIFICATIVA E OBJETIVO.....	7
2.1 Apresentação do Problema	7
2.2 Justificativa	7
2.3 Objetivos.....	8
2.3.1 Objetivo Geral.....	8
2.3.2 Objetivo Específico	8
3 METODOLOGIA.....	9
4 NORMAS DE CONTABILIDADE	10
4.1 Normas Internacionais de Contabilidade.....	10
4.2 Normas Norte - Americanas de Contabilidade	10
4.3 Normas Brasileiras de Contabilidade	11
4.4 Convergência e adesão as Normas do IASB	11
5 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES ESTABELECIDAS PELA LEI Nº 11.638/07....	14
5.1 Sociedades de Grande Porte	14
5.2 Demonstrações Contábeis	15
5.3 Normas Internacionais de Contabilidade	15
5.4 Escrituração.....	16
5.5 Grupo e Classificações de Contas	16
5.6 Critérios de Avaliações de Ativos e Passivos	17
5.7 Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão.....	18
5.8 Avaliação de Investimentos em Coligadas e Controladas.....	19
5.9 Reservas	19
5.10 Regulação Contábil	20
6 PRÁTICAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS.....	21
6.1 Normas Internacionais IFRS.....	21
6.2 Interpretações Técnicas	23
7 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) – IAS 7.....	25
7.1 Objetivos, Benefícios e Componentes.....	25
7.2 Estrutura e Formato de Apresentação.....	27
7.3 Método de Apresentação do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais..	27
7.4 Atividades Operacionais - Método Direto	28
7.5 Atividades Operacionais – Método Indireto	28
7.6 Apresentação dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos e Financiamentos	29
7.7 Apresentação dos Fluxos de Caixa numa Base Líquida	29
7.7.1 Fluxo de Caixa de Instituição Financeira	30
7.8 Conteúdo dos Componentes de Apresentação	31
7.8.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	31
7.8.2 Atividades Operacionais	31
7.8.3 Atividades de Investimentos	33
7.8.4 Atividades de Financiamentos	34
7.8.5 Transações em Moeda Estrangeira.....	35
7.8.6 Juros e Dividendos	36
7.8.7 Imposto de Renda	37

7.8.8	Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto	37
7.8.9	Aquisições e Alienações de Subsidiárias e de outras Unidades Empresariais.....	38
7.8.10	Transações que não influenciam o Fluxo de Caixa ou Equivalentes.....	39
7.8.11	Divulgações Adicionais – Componentes de Caixa e Equivalentes	39
7.8.12	Divulgações Adicionais – Caixa e Equivalentes de Caixa Mantidos e Não-Disponíveis	40
7.8.13	Divulgações Adicionais – Aspectos Relevantes e Comentários da Gerência.....	40
7.9	Demonstração do Fluxo de Caixa - Modelos Ilustrativos.....	42
8	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)	44
8.1	Objetivos.....	44
8.2	Itens a Evidenciar	44
8.3	Necessidade de Elaboração desta Demonstração	45
8.4	Demonstração do Valor Adicionado - Modelo Ilustrativo	45
8.4.1	Demonstração do Valor Adicionado – Elementos.....	46
8.4.2	Demonstração do Valor Adicionado – Distribuição	46
8.4.3	Demonstração do Valor Adicionado – Análise (Exemplo)	47
9	REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - <i>IMPAIRMENT</i>	49
9.1	Objetivo	49
9.2	Definições.....	49
9.3	Exemplo de Teste de <i>Impairment</i>	50
9.4	Indicadores Externos e Internos de <i>Impairment</i>	50
9.5	Divulgações Exigidas	51
10	ATIVOS INTANGÍVEIS – IAS 38	52
11	ARRENDAMENTOS (<i>LEASES</i>) – IAS 17.....	54
11.1	Locações nas Demonstrações Financeiras	54
11.2	Exemplo de Contabilização	55
	CONCLUSÃO.....	56
	REFERÊNCIAS.....	57
	ANEXOS	59

LISTA DE TERMOS

BOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo

CFC: Conselho Federal de Contabilidade.

CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM: Comissão de Valores Mobiliários.

FASB: *Financial Accounting Standards Board* – Junta de Normas de Contabilidade Financeira.

IAS: *International Accounting Standard* – Normas Internacionais de Contabilidade.

IASB: *International Accounting Standard Board* – Junta de Normas Internacionais de Contabilidade.

IASC: *International Accounting Standard Committee* – Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade.

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IFRIC: *International Financial Reporting Interpretations Committee* – Interpretações Técnicas

IFRS: *International Financial Reporting Standard* – Normas de Relatórios Financeiros Internacionais.

SIC: *Standing Interpretations Committee* - Comitê Permanente de Interpretações

USGAAP: *United States Generally Accepted Accounting Principles* – Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos EUA.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapa da Adoção do IFRS ao Redor do Mundo.....	13
Quadro 2 – Resumo das Alterações	16
Quadro 3 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto.....	42
Quadro 4 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto	43
Quadro 5 – Demonstração do Valor Adicionado – Elementos	46
Quadro 6 – Demonstração do Valor Adicionado – Distribuição.....	46
Quadro 7 – Geração do Valor Adicionado.....	47
Quadro 8 – Distribuição do Valor Adicionado	47
Quadro 9 – Análise DVA	48
Quadro 10 – Exemplo de Teste de <i>Impairment</i>	50
Quadro 11 – Exemplo de Contabilização	55

1 INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, reduziram-se as distâncias entre os países, o mundo vem se tornando cada vez mais interligado em uma evolução que se dirige a níveis cada vez mais elevados. Na era da informação, a evolução da contabilidade torna-se um fenômeno natural. Afinal, em mercados cada vez mais competitivos, quem obtém mais rapidamente as melhores informações possui grande vantagem competitiva.

Na área contábil, objeto deste estudo, estas verdades estão sempre muito presentes, principalmente nas organizações empresariais que estão cada vez mais pulverizadas, inseridas em ambientes internacionais. O Contador para garantir o cumprimento da sua missão, ou seja, apresentar informações de qualidade sobre o estado econômico e financeiro da empresa de forma a contribuir para o seu crescimento; precisa estar atento não somente a legislação fiscal e societária, mas também a evolução das práticas contábeis adotadas em todo o mundo.

A elaboração de relatórios financeiros em padrão contábil internacional constitui uma linguagem universal de negócios, à medida que gera confiabilidade e transparência, possibilita que os mais diversos grupos de usuários tenham suas necessidades atendidas. Propiciando um ambiente favorável à obtenção de recursos para financiamentos e novos investimentos, promovendo a sustentabilidade e crescimento dos negócios.

Considerando a diversidade de ambientes econômicos, sociais e culturais, e a multiplicidade de práticas contábeis e legislações existentes no mundo, tornar a contabilidade uniforme, de forma consensual, parecia um objetivo utópico. Porém, a harmonização mundial da contabilidade tornou-se uma necessidade crescente com a globalização.

Com este objetivo, em 1973, organizações profissionais de diversos países resolveram criar o Comitê de Pronunciamentos Contábeis Internacionais (IASB),

órgão com a missão de emitir normas contábeis que fossem observadas na preparação de demonstrações financeiras, e de promover a sua aceitação e observância no mundo. A partir de 2001 o IASC foi sucedido pela Junta de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), até 2001 o IASC havia emitido 41 normas internacionais de contabilidade (*International Accounting Standards – IAS*), das quais 29 estão em vigor, o IASB a partir de 2002 já emitiu 08 normas de relatórios financeiros internacionais (*International Financial Reporting Standards – IFRS*). Hoje as normas de relatórios financeiros internacionais - IFRS constituem um padrão de contabilidade adotado como referência pelas principais economias do mundo.

A aprovação da Lei 11.638¹ em 28 de dezembro de 2007, que trata da reforma da Lei 6404/76 da lei nº 6.385/76, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, constitui fator fundamental para a inserção do Brasil no ambiente globalizado da contabilidade.

Também, decorrente da aprovação da instrução da CVM nº 457², de 13 de julho de 2007, a partir de 2010 as companhias abertas brasileiras terão como obrigatoriedade a adoção de normas internacionais definidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) em suas demonstrações contábeis financeiras, e por consequência da aprovação da Lei 11.638/07, esta instrução estende-se também as sociedades de grande porte.

O propósito deste trabalho será o estudo das alterações da Lei 6.404/76 e 6.385/76 definidas na Lei 11.638/07, bem como dos principais critérios contábeis internacionais, dos quais a observação resultará em relatórios financeiros com maior qualidade, transparência e confiabilidade, atendendo as necessidades dos mais diversos grupos de usuários, principais objetivos do estabelecimento de um padrão contábil internacional.

¹ Item contido no Anexo A

² Item contido no Anexo B

2 PROBLEMA, JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

2.1 Apresentação do Problema

A diversidade de práticas contábeis entre diversas economias pode representar perdas de oportunidades de negócios, já que dificulta a comunicação com os investidores internacionais, bem como custos extras para as companhias que precisam apresentar seus demonstrativos financeiros atendendo a legislação local e também ao mercado internacional. Neste contexto, a harmonização das normas contábeis passou a ser uma necessidade, e uma grande preocupação dos principais organismos envolvidos com tais assuntos como o Conselho Federal de Contabilidade, o IBRACON e a Comissão de Valores Mobiliários.

O processo de convergência da adoção de critérios contábeis internacionais constitui a problemática deste estudo, já que cada país tem suas próprias regras, leis e normas obrigatórias, que diferem das normas internacionais. Para que diversas economias possam adotar os mesmos critérios, será necessário um processo inteligente, conduzido com bom senso e flexibilidade. Pois, exigirá grande esforço das economias envolvidas, em alguns casos, significará perda de autonomia, aumento de custos administrativos, dificuldades de adaptabilidade, entre outras.

Atendendo a nova legislação Lei 11.638/07, hoje o país empenha-se em providenciar adaptações para inserir-se no ambiente globalizado da contabilidade, buscando melhoria nos seus processos contábeis, inclusive, entendimentos sobre o que são e significam as normas internacionais de contabilidade, definidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB).

2.2 Justificativa

Uma grande diversidade contábil dificulta e perturba uma boa comunicação no mercado financeiro internacional, sendo então de suma importância o processo de

convergência, ainda que conflitante com as legislações internas de cada país. Neste sentido, faz-se necessário uma reflexão sobre este tema de grande impacto para as organizações brasileiras e para a profissão do contador.

2.3 Objetivos

2.3.1 Objetivo Geral

Desenvolver estudo sobre a inserção do Brasil no processo de convergência contábil internacional.

2.3.2 Objetivo Específico

Analisar os impactos das alterações na Lei 6.404/76 e 6.385/76 definidas na Lei 11.638/07, que hoje representam um importante passo para inserção do Brasil no ambiente globalizado da contabilidade.

3 METODOLOGIA

Serão efetuadas pesquisas bibliográficas em caráter exploratório, com o objetivo de se obter um melhor entendimento sobre o tema.

Segundo Gil (2002, p. 41):

[...] estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos.

Os dados serão coletados através da revisão das literaturas disponíveis, bem como busca de literaturas mais recentes que possam complementar a pesquisa. Posteriormente, essas informações serão ordenadas, analisadas, e por fim descritas.

4 NORMAS DE CONTABILIDADE

4.1 Normas Internacionais de Contabilidade

O *International Accounting Standards Committee* (IASC), Comitê de Pronunciamentos Contábeis Internacionais, foi constituído em 1973 por iniciativa de um conjunto de organizações profissionais de diversos países: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Irlanda, Japão, México, Países baixos e Reino Unido, com o fim principal de emitir normas contábeis que fossem observadas na preparação de demonstrações financeiras, e de promover a sua aceitação e observância no mundo. A partir de 2001, o IASC foi sucedido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), Junta de Normas Internacionais de Contabilidade.

O IASC até 2001 emitiu 41 normas das quais 29 estão em vigor – *International Accounting Standards* - IAS, Normas Internacionais de Contabilidade. O IASB a partir de 2002 emitiu 08 normas – *International Financial Reporting Standards* – IFRS, Normas de Relatórios Financeiros Internacionais – NRFI.

4.2 Normas Norte - Americanas de Contabilidade

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB), Junta de Normas de Contabilidade Financeira, criado em 1.973 é o organismo responsável pela emissão das normas de contabilidade norte – americanas, reconhecido pela *Securities and Exchange Commission* (SEC), emite o FAS – *Financial Accounting Series* vinculados ao *United States Generally Accepted Accounting Principles* (USGAAP), Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos EUA.

De 1973 a 2008 o FASB já emitiu 160 normas de contabilidade, e estas normas devem ser seguidas por todas as empresas, incluindo as de outros países que quiserem negociar suas ações nas Bolsas de Valores Norte Americanas.

4.3 Normas Brasileiras de Contabilidade

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), são estabelecidas e editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), criado em 27 de maio de 1946 com a finalidade normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil. Devido a necessidade de convergência internacional das normas contábeis, da centralização da emissão de normas de natureza internacional, e da representação e processo democrático na produção destas informações, o CFC através da Resolução nº 1.055/05 criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O CPC é composto atualmente por 06 membros, sendo eles: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais do Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), sendo 02 representantes de cada entidade. Os dois primeiros pronunciamentos emitidos pelo CPC foram o CPC 01 – IAS 36 “Redução ao Valor Recuperável de Ativos” e o CPC 02 – IAS 21 “Conversão das Demonstrações Contábeis”. Outros assuntos que estão em estudo são: Fluxo de Caixa – IAS 7, Subvenções Governamentais – IAS 20, Partes Relacionadas – IAS 24, Contratos de Seguros – Minuta no IASB, Contratos de Construção e Concessão –AFRIC 12, complemento da IRFS.

4.4 Convergência e adesão as Normas do IASB

A partir de 2005, as normas contábeis internacionais – IFRS foram adotadas por 107 países. E as empresas listadas em bolsas de valores dos 25 países-membro da União Européia (UE) estão obrigadas a elaborar as demonstrações financeiras em IFRS.

Em outubro de 2002, FASB e IASB formalizaram compromisso de convergência das normas americanas (USGAAP) e dos padrões internacionais de contabilidade

(IFRS), através do memorando de entendimento ("*Norwalk Agreement*"). Desde então, FASB e IASB tem promovido ações para convergência de USGAAP com IFRS, existindo ainda, porém pontos divergentes como exemplo o Reconhecimento e mensuração de Ativos Intangíveis. E a *Securities and Exchange Commission – SEC* a partir de 2009, aceitara das empresas estrangeiras listadas nas bolsas de valores dos EUA, a apresentação das demonstrações que estejam em conformidade com as IFRS.

Em 2007 a União Européia assinou também um acordo de harmonização das normas contábeis.

O ano de 2007 também foi de grande importância para o Brasil, no que se refere à inserção no ambiente globalizado da contabilidade. Tivemos alterações importantes na legislação, através da aprovação da Lei 11.638/07, cuja relevância será comentada posteriormente neste trabalho. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) elaborou a instrução Nº 457 que dispõe sobre a obrigatoriedade das companhias abertas brasileiras adotarem as normas internacionais definidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) em suas demonstrações contábeis financeiras. E também, o Banco Central através do comunicado 14.259/2006, comunicou a obrigatoriedade da adoção das normas internacionais a partir de 2010. A Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, também o faz através da circular nº 357 de 26.12.2007.

A organização que, a nível mundial, congrega as bolsas de valores, a "*International Organization of Securities Commission*" (IOSCO), desde 1995 reconheceu a necessidade da existência de um corpo de normas únicas aceitas por todas as bolsas e através de acordo firmado com o IASB, a IOSCO passou a adotar como referencial as normas do IASB.

5 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES ESTABELECIDAS PELA LEI Nº 11.638/07

A Lei nº 11.638/2007 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008, com o advento dessa lei, surgiram dúvidas quanto a sua interpretação. Visando elucidar a questão, em 14/01/2008 através de comunicado ao mercado, a Comissão de Valores Mobiliários (CMV) divulga suas considerações e entendimento preliminar a respeito da nova lei. Relata ainda, que a Lei 11.638/07 teve origem no Projeto de Lei 3.741/2000, de iniciativa da CVM junto ao Executivo, cuja finalidade maior era a eliminação de barreiras regulatórias que impediam a inserção total das companhias abertas no processo de convergência contábil internacional, além de aumentar o grau de transparência das demonstrações financeiras.

A CVM considera que a aprovação do PL 3.741/2000 é a conclusão de um ciclo longo, difícil e muito debatido, e que um novo ciclo se inicia agora e que demandará grandes esforços das companhias, dos auditores, dos diversos organismos e profissionais de contabilidade e finanças e, certamente, da própria CVM no processo de regulação, disseminação, orientação e aprendizado das modificações produzidas pela nova lei e matérias dela decorrentes que necessitarão ser normatizadas.

Os itens seguintes tratam das principais alterações estabelecidas pela Lei nº 11.638/07.

5.1 Sociedades de Grande Porte

A nova lei obriga as sociedades de grande porte, independente do tipo societário adotado, a seguirem as disposições da Lei 6.404/76, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na CVM. E define ainda, que sociedades de grande porte são aquelas que possuíam no exercício anterior, ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões.

5.2 Demonstrações Contábeis

A nova lei estabelece a obrigatoriedade da elaboração e divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Obs. § 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação dos fluxos de caixa.

5.3 Normas Internacionais de Contabilidade

A nova lei determina que as normas expedidas pela CVM para uso das companhias abertas deverão ser elaboradas em consonância com os padrões contábeis internacionais adotados nos principais mercados mobiliários. E faculta as companhias fechadas, a observação das normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela CVM.

Vale lembrar, que atualmente, em virtude da instrução Nº 457 da CVM, as companhias abertas já estão obrigadas a elaboração das demonstrações financeiras em IFRS até 2010 (comparativos com 2009).

Abaixo será apresentado um quadro com o resumo de Publicação das Demonstrações, Auditoria, Normas da CVM e Adoção do IFRS.

Quadro 2 – Resumo das Alterações

	S.A.s de Capital Aberto	S.A.s de Capital Fechado - Grande Porte	S.A.s de Capital Fechado - Outras	Limitadas - Grande Porte	Limitadas Outras
Publicação das Demonstrações	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Auditoria	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Normas CVM	Sim	Opcional	Opcional	Não	Não
Adoção do IFRS	Sim	Não	Não	Não	Não

5.4 Escrituração

A nova lei traz como alternativa para a companhia adotar na sua escrituração mercantil, e não apenas em livros auxiliares, as disposições da lei tributária, desde que, em seguida, depois de apurado o lucro base para tributação, sejam efetuados os ajustes necessários para que as demonstrações financeiras estejam em consonância com a Lei das S.A. e os princípios fundamentais de contabilidade.

A possibilidade de segregação entre contabilidade fiscal e a empresarial, tem como objetivo principal prover informações sobre a posição financeira e o desempenho das empresas que sejam úteis à tomada de decisão de investimento.

Esta mudança permitirá que as empresas preparem suas demonstrações financeiras em IFRS sem que isto implique em um aumento dos custos com impostos.

5.5 Grupo e Classificações de Contas

A nova lei estabelece a criação de dois novos subgrupos de contas: o Intangível, no ativo permanente e os Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido. Foram também especificadas novas definições, em linha com os padrões internacionais de contabilidade.

- No ativo imobilizado: os direitos que tenham por objetivos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com esta finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

- No diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.

- No intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

O subgrupo Ajustes de Avaliação Patrimonial receberá, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado, especialmente a avaliação de instrumentos financeiros específicos, e também os ajustes em função de variação cambial de investimentos no exterior.

5.6 Critérios de Avaliações de Ativos e Passivos

Foram definidos os seguintes critérios para avaliação dos ativos:

- As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou realizável a longo prazo serão avaliadas segundo a sua categoria.

- Destinadas a negociação ou disponíveis para venda: Pelo seu valor de mercado ou equivalente.

- Demais aplicações: Pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

- As aplicações classificadas no ativo permanente no grupo intangível: Pelo custo incorrido na aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização.

Os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

A Lei também obriga a companhia a efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação deste valor; ou: revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

Vale destacar que a CVM, através da deliberação nº 527, de 1º de novembro de 2007, aprovou o primeiro pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o CPC 01, sobre “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, para aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2008.

Quanto ao passivo, as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

5.7 Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão

A Lei estabelece que nas operações de incorporação, fusão ou cisão (combinação de empresas), quando forem realizadas entre partes independentes e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada ou decorrente de fusão ou cisão serão contabilizados pelo seu valor de mercado.

A CVM em comunicado ao mercado de 14/01/2008, comenta sobre a complexidade da matéria, inclusive sob a ótica dos ambientes jurídico-societários que balizam essas operações no Brasil e no exterior.

5.8 Avaliação de Investimentos em Coligadas e Controladas

A Lei estabelece novo parâmetro para avaliação de coligadas pelo método da equivalência patrimonial, determina que esse método de avaliação seja aplicado a todas as coligadas em que a investidora tenha influência significativa. E define ainda que existe a presunção de influência significativa quando a participação for de 20% ou mais do capital votante, o que antes era sobre o capital total .

5.9 Reservas

A Lei estabelece que sejam computados na conta Reserva de Lucros a Realizar, o lucro, rendimento ou ganho líquido em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

Ela determina também, que o saldo das reservas de lucros, exceto para as contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembléia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Com a criação da Reserva de Incentivos Fiscais, as companhias abertas poderão destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

5.10 Regulação Contábil

A Lei alterou ainda a Lei nº 6.385/76, estabelecendo que a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil (CVM), o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objetivo o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas. Sobre este assunto, A CVM em comunicado ao mercado de 14/01/08, diz o seguinte:

“Ficam reforçados o papel e a importância do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), hoje já em plena atividade, bem como fica ressaltada a necessidade deste organismo vir a ser dotado de condições plenas para atender as demandas dos reguladores e dos diversos mercados, e, dessa forma, dar maior efetividade a essa disposição contida na Lei nº. 11.638/07 (art. 5º)”.

6 PRÁTICAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS

As normas internacionais de contabilidade emitidas pela Junta de Normas Internacionais de Contabilidade - IASB constituem um padrão contábil adotado como referência no mundo.

O IASB é o órgão sucessor do Comitê de Pronunciamentos Contábeis Internacionais (IASB), criado em 1973 com a missão de emitir normas contábeis que fossem observadas na preparação de demonstrações financeiras, e de promover a sua aceitação e observância no mundo.

Até 2001 o IASB havia emitido 41 normas internacionais de contabilidade (*International Accounting Standards – IAS*), das quais vinte e nove estão em vigor e o IASB a partir de 2002 emitiu 08 normas de relatórios financeiros internacionais (*International Financial Reporting Standards – IFRS*).

O conjunto de normas internacionais – IFRS é composto pelas normas série IAS e IFRS, e interpretações técnicas série IFRIC e SIC, que serão apresentadas a seguir.

6.1 Normas Internacionais IFRS

IAS 01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

IAS 02 – Estoques.

IAS 07 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

IAS 08 – Políticas Contábeis, Alterações nas Estimativas Contábeis e Erros.

IAS 10 - Eventos Subseqüentes a Data do Balanço Patrimonial.

IAS 11 – Contratos de Construção.

IAS 12 – Imposto de Renda.

IAS 16 – Ativo Imobilizado.

IAS 17 – Arrendamentos (*Leases*).

IAS 18 – Receita.

IAS 19 – Benefícios aos Empregados.

IAS 20 – Contabilidade de Concessões Governamentais e Divulgação de Assistência Governamental.

IAS 21 – Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio.

IAS 23 – Custos de Empréstimos.

IAS 24 – Divulgação de Partes Relacionadas.

IAS 26 – Contabilidade e Emissão de Relatórios para Planos de Benefício de Aposentadoria.

IAS 27 – Consolidação e Demonstrações Contábeis Individuais.

IAS 28 – Investimento em Associadas.

IAS 29 – Demonstrações Contábeis em Economias Hiperinflacionárias.

IAS 31 – Participação em Empreendimentos Controlados em Conjunto (*joint ventures*).

IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação.

IAS 33 – Resultado por Ação.

IAS 34 – Relatórios Financeiros Intermediários

IAS 36 – Redução no Valor Recuperável de Ativos.

IAS 37 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

IAS 38 – Ativos Intangíveis.

IAS 39 – Instrumentos Financeiros.

IAS 40 – Propriedades para Investimento.

IAS 41 – Agricultura.

IFRS 01 – Primeiro Ano de Adoção das Normas IFRS.

IFRS 02 – Pagamentos com Base em Ações.

IFRS 03 – Combinação de Negócios.

IFRS 04 – Contratos de Seguros.

IFRS 05 – Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.

IFRS 06 – Avaliação e Exploração de Recursos Minerais.

IFRS 07 – Instrumentos Financeiros: Divulgações.

IFRS 08 – Segmentos Operacionais

6.2 Interpretações Técnicas

IFRIC 01 – Alterações em retirada de serviço, restauração e passivos semelhantes existentes.

IFRIC 02 – Ações dos Membros em Entidades Cooperativas e Instrumentos Semelhantes.

IFRIC 03 - Direitos de Emissão.

IFRIC 04 – Determinar se um acordo contém uma Locação.

IFRIC 05 – Direitos a Interesses resultantes de Fundos de Descomissionamento, Restauração e Reabilitação Ambiental.

IFRIC 06 – Passivos decorrentes da participação em mercados específicos – Resíduos de equipamento elétrico e eletrônico.

IFRIC 07 – Aplicação da Abordagem de Correção Monetária, conforme IAS 29 – Demonstrações Financeiras em Economias Hiperinflacionárias.

IFRIC 08 – Aplicação de Enfoque IFRS2 – Pagamentos Baseados em Ações.

SIC 07 – Introdução ao Euro

SIC 10 – Assistência Governamental

SIC 12 – Consolidação Entidades para Propósitos Específicos.

SIC 13 – Entidades Controladas em Conjunto.

SIC 15 – Arrendamentos Operacionais Incentivos.

SIC 21 – Imposto de Renda – Recuperação de Ativos Reavaliados Não Depreciáveis.

SIC 25 – Imposto de Renda – Alterações na Posição Tributária de uma Entidade ou na de seus acionistas.

SIC 27 – Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma locação.

SIC 29 – Divulgações – Acordo de Concessão de Serviços.

SIC 31 – Receitas – Transações de Troca Envolvendo Serviços de Publicidade.

SIC 32 – Ativos Intangíveis – Custo com *Web Site*.

No Brasil, em consequência da necessidade de convergência internacional das normas contábeis, da centralização da emissão de normas de natureza internacional, e da representação e processo democrático na produção destas

informações, em 2005 o Conselho Federal de Contabilidade por resolução criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que já emitiu dois pronunciamentos:

- CPC 01 – IAS 36 “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, e o
- CPC 02 – IAS 21 “Conversão das Demonstrações Contábeis”. Outros assuntos estão em estudo.

Devido à complexidade e volume de informações contidas nas normas internacionais, neste trabalho serão verificadas apenas as normas internacionais relacionadas a aspectos contábeis e elaboração das demonstrações financeiras evidenciadas pelas alterações produzidas pela Lei nº 11.638/07 (Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC e Demonstração do Valor Adicionado – DVA).

Os textos traduzidos relativos às descrições específicas das normas IFRS que serão descritas nos próximos capítulos, foram extraídos do livro IFRS – Manual de Contabilidade Internacional de João José dos Santos.

7 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) – IAS 7

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é um relatório financeiro desenvolvido com o objetivo principal de disponibilizar aos usuários, informações sobre o fluxo líquido de caixa da entidade, principalmente:

- Capacidade de caixa.
- Demanda ou necessidade de caixa.
- Fontes de ingressos de caixa.
- Restrições ao caixa e equivalentes de caixa.

No Brasil, a nova Lei nº 11.638/07 estabelece que a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) deverá ser substituída pela elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa, os requisitos, conceitos e critérios para sua elaboração são semelhantes aos estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade, *International Accounting Standards* - IAS 7, que serão descritos na sequência.

7.1 Objetivos, Benefícios e Componentes

IAS 7-1. Uma empresa deve preparar uma demonstração de fluxos de caixa de acordo com os requisitos desta Norma IAS7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e deve apresentá-la como parte integrante das demonstrações financeiras de cada período em que são apresentadas.

IAS 7-3. Os usuários das demonstrações financeiras de uma empresa estão interessados em como a empresa gera e usa o dinheiro e seus equivalentes.

Independente de qual sejam as atividades da empresa, elas necessitam de caixa e equivalentes para conduzir as suas operações, pagar suas obrigações e para propiciar retorno aos seus investidores.

IAS 7-4. Uma demonstração de fluxos de caixa, quando usada em conjunto com os demais componentes integrantes das demonstrações financeiras, proporciona informação que facilita aos usuários avaliar as alterações nos ativos líquidos de uma empresa, e sua estrutura financeira (incluindo sua liquidez e solvência) e a sua capacidade de gerar os valores e a tempestividade dos fluxos de caixa com a finalidade de se adequar às necessidades diante das mais variadas circunstâncias e oportunidades em face à dinâmica inerente aos negócios.

IAS 7-5. A informação do fluxo de caixa histórico é muitas vezes usada como um indicador do valor, tempestividade “cronograma” e certeza de fluxos de caixa futuros. É também usada na verificação dos níveis ou rigor de avaliações passadas de fluxos de caixa futuros e no exame de relacionamento entre lucratividade e fluxo de caixa líquido e no impacto de variações de preços.

Os componentes da demonstração do fluxo de caixa são as atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamento.

IAS 7-13. O montante de fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais é um indicador-chave da medida em que as operações da empresa geraram fluxos de caixa suficientes para pagar empréstimos, manter a capacidade operacional da empresa, pagar dividendos e fazer novos investimentos, sem depender de recursos de fontes externas de financiamento. A informação referente aos componentes específicos dos fluxos de caixa operacionais históricos é útil, juntamente com outras informações, na previsão de futuros fluxos de caixa operacionais.

IAS 7-16. A divulgação separada dos fluxos de caixa proveniente das atividades de investimento é importante porque os fluxos de caixa representam a extensão pela qual os dispêndios foram feitos relativamente a recursos destinados a gerar receitas e fluxos de caixa futuros.

IAS 7-17. A divulgação separada de fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil na predição de reivindicações futuras de fluxos de caixa pelos fornecedores de capitais à empresa.

7.2 Estrutura e Formato de Apresentação

IAS 7-10. A demonstração de fluxo de caixa deve reportar os fluxos de caixa durante o período classificado por atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos.

IAS 7-11. Uma empresa apresenta os seus fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da maneira que seja mais apropriada para os seus negócios. A classificação por atividades proporciona informação que permite aos usuários determinar o impacto dessas atividades na posição financeira da empresa e nos valores de caixa e seus equivalentes. Esta informação pode ser também usada para avaliar as relações entre estas atividades.

IAS 7-12. Uma única operação pode incluir fluxos de caixa que sejam classificados diferentemente. Por exemplo, quando o reembolso de um empréstimo inclui juros de capital, o elemento juro pode ser classificado como uma atividade de financiamento.

7.3 Método de Apresentação do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

IAS 7-18. Uma empresa deve reportar os fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais usando um dos dois métodos:

- Método direto, pelos quais são divulgadas as principais classes de recebimentos de caixa e dos pagamentos de caixa brutos, ou
- Método indireto, pelo qual o resultado líquido é ajustado pelo efeito de transações de natureza que não afetam o caixa, pelas variações representadas por

reduções ou acréscimos nas contas do balanço patrimonial que estejam relacionadas às atividades operacionais, conseqüentemente influencie o caixa operacional, passados ou futuros, e itens de receitas ou despesas associados com fluxos de caixa de investimento ou de financiamento.

IAS 7-19. As empresas são encorajadas a relatar fluxos de caixa de atividades operacionais usando o método direto.

7.4 Atividades Operacionais - Método Direto

Utilizando o método direto é possível obter informações úteis para estimativa de fluxos de caixas futuros, as informações referentes às principais classes de recebimentos e pagamentos brutos (de caixa) podem ser obtidas:

- a) A partir dos registros contábeis da empresa;
- b) Pelos ajustes de vendas, custo das vendas (juros e receitas similares e juros e encargos similares para instituições financeiras) e outros itens da demonstração de resultado relativos a:
 - Alterações durante o período em estoques, dívidas a receber e a pagar operacionais;
 - Outros itens que não sejam de caixa; e
 - Outros itens pelos quais os efeitos de caixa sejam fluxos de caixa de investimento ou de financiamento.

7.5 Atividades Operacionais – Método Indireto

IAS 7-20. Pelo método indireto, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é determinado pelo ajuste do resultado líquido, relativamente aos efeitos de:

- Alterações durante o período em estoques e dívidas operacionais a receber e a pagar;
- Itens que não sejam por caixa, tais como: depreciações, provisões, impostos diferidos, perdas e ganhos não realizados de moeda estrangeira, lucros de associadas não distribuídos e interesses minoritários; e
- Todos os outros itens quando aos quais os efeitos de caixa sejam fluxos de caixa de investimentos ou financiamentos.

De modo alternativo, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais pode ser apresentado pelo método indireto ao se evidenciarem as receitas e despesas divulgadas na demonstração dos resultados e as alterações durante o período em estoques e dívidas a receber e a pagar operacionais.

7.6 Apresentação dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos e Financiamentos

IAS 7-21. Uma empresa deve reportar separadamente as principais classes dos recebimentos e pagamentos brutos (de caixa) provenientes das atividades de investimento e de financiamento, exceto até ao ponto que os fluxos de caixa descritos nos parágrafos 22 e 24 sejam relatados numa base líquida.

7.7 Apresentação dos Fluxos de Caixa numa Base Líquida

IAS 7-22. Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais, de investimentos de financiamentos seguintes podem ser reportados numa base líquida:

- Recebimentos e pagamentos (de caixa) por conta de clientes quando o fluxo de caixa reflita as atividades do cliente e não as da empresa; e

- Recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que o giro sejam relevantes e os vencimentos sejam de curtíssimo prazo.

IAS 7-23. Exemplos de recebimentos e pagamentos (de caixa) referidos no parágrafo 22 são:

- A aceitação e o reembolso de depósitos a ordem de um banco;
- Os fundos mantidos para clientes por uma empresa de investimentos; e
- Receitas cobradas e pagas por possuidores de propriedades.

São exemplos de recebimentos e pagamentos (de caixa) referidos no parágrafo 22 os adiantamentos e reembolsos feitos a:

- Dos valores de capital relacionados com clientes de cartões de crédito;
- Da compra e venda dos investimentos financeiros; e
- De outros empréstimos obtidos de curto prazo, como, por exemplo, os que tenham um período de vencimento de três meses ou menos.

7.7.1 Fluxo de Caixa de Instituição Financeira

IAS 7-24. Os fluxos de caixa de uma instituição financeira, provenientes de cada uma das atividades seguintes podem ser reportados numa base líquida:

- Recebimento e pagamentos (de caixa) provenientes da aceitação e reembolso de depósitos com uma data fixada de vencimentos.
-
- A colocação de depósitos em, e o levantamento de depósitos de outras instituições financeiras;
- Adiantamentos de caixa e empréstimos feitos a clientes e o reembolso desses adiantamentos e empréstimos.

7.8 Conteúdo dos Componentes de Apresentação

7.8.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

IAS 7-7. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de ir ao encontro dos compromissos de caixa no curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para um investimento se qualificar como um equivalente de caixa ele tem de ser prontamente conversível para uma importância monetária conhecida de dinheiro e estar sujeito a um risco insignificante de alterações de valor. Por isso, um investimento só se qualifica normalmente como um equivalente de caixa quando tiver um vencimento de curto prazo, sejam três meses ou menos a partir da data de aquisição.

IAS 7-8. Os empréstimos bancários obtidos são geralmente considerados como atividades de financiamento. Porém, em alguns países, os saques a descoberto (*over drafts*) que sejam reembolsáveis à ordem formam uma parte integrante da gestão de caixa de uma empresa. Nestas circunstâncias, os saques a descoberto são incluídos como um componente de caixa e seus equivalentes. Uma característica de tais acordos bancários é a de que os saldos bancários flutuam muitas vezes de positivos a descobertos.

IAS 7-9. Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituam caixa e seus equivalentes porque estes componentes integram a gestão de caixa de uma empresa e não parcela das suas atividades operacionais, de investimentos e financiamentos. A gestão de Caixa inclui o investimento “aplicação” de excessos de caixa nos equivalentes de caixa.

7.8.2 Atividades Operacionais

IAS 7-13. O montante de fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais é um indicador-chave da medida em que as operações da empresa geraram fluxos de caixa suficientes para pagar empréstimos, manter a capacidade operacional da empresa, pagar dividendos e fazer novos investimentos, sem depender de recursos de fontes externas de financiamento. A informação referente aos componentes

específicos dos fluxos de caixa operacionais históricos é útil, juntamente com outras informações, na previsão de futuros fluxos de caixa operacionais.

IAS 7-14. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são principalmente derivados das principais atividades geradoras de receita da empresa. Por isso, elas são geralmente consequência das operações e outros acontecimentos que entram na determinação dos resultados líquidos da empresa. Exemplos de fluxo de caixa das atividades operacionais são:

- Recebimento de caixa proveniente da venda de bens e da prestação de serviços;
- Recebimentos de caixa provenientes de *royalties*, honorários, comissões e outras receitas;
- Pagamentos de caixa a fornecedores de bens e serviços;
- Pagamentos de caixa a favor de empregados;
- Recebimentos de caixa e pagamentos de caixa de uma empresa seguradora relativos a prêmios e reclamações, anuidades e outros benefícios derivados das apólices de seguros;
- Pagamentos de caixa ou restituições de imposto de renda, a menos que possam ser especificamente identificados com as atividades de financiamento e de investimento; e
- Recebimentos de caixa e pagamentos de caixa de contratos mantidos para fins de negociação e destinados a vendas.

Transações tais como a venda de um produto da fábrica, podem dar origem a um ganho ou perda que seja incluída na determinação do resultado líquido. Porém, os fluxos de caixa relacionados com tais operações são fluxos de caixa de atividades de investimento.

IAS 7-15. Uma empresa pode manter títulos e empréstimos para fins de negociação ou destinados à venda, situação em que são similares a estoques adquiridos especificamente para revenda. Por isso, os fluxos de caixa provenientes da compra e venda de títulos para negociação ou destinados a venda são classificados como atividades operacionais. De forma semelhante, os adiantamentos de caixa e empréstimos feitos por instituições financeiras são geralmente classificados como atividades operacionais, desde que se relacionem com as principais atividades geradoras de receita dessa empresa.

7.8.3 Atividades de Investimentos

IAS 7-16. A divulgação separada dos fluxos de caixa proveniente das atividades de investimento é importante porque os fluxos de caixa representam a extensão pela qual os dispêndios foram feitos relativamente a recursos destinados a gerar receitas e fluxos de caixa futuros. São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de investimento:

- Pagamentos de caixa para aquisição de ativos imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo. Estes pagamentos incluem os relacionados com custos de desenvolvimento capitalizados e ativos imobilizados produzidos internamente;
- Recebimentos de caixa por vendas de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
- Pagamentos de caixa para aquisição de instrumentos de capital próprio "Participação Societária" ou de dívida de outras empresas e de participação em empreendimentos controlados em conjunto (que não sejam pagamentos dos instrumentos considerados como sendo equivalentes de caixa ou dos mantidos para fins negociáveis ou destinados à venda);
- Recebimentos de caixa de vendas de instrumentos de capital próprio "Participação Societária" ou de dívida de outras empresas e de participação em empreendimentos controlados em conjunto (que não sejam recebimentos dos

instrumentos considerados como equivalentes de caixa dos mantidos para fins de negociação ou destinados à venda);

- Adiantamentos de caixa e empréstimos feitos a terceiros (que não sejam adiantamentos e empréstimos feitos por uma instituição financeira);

- Recebimentos de caixa provenientes do reembolso de adiantamentos de empréstimos feitos a terceiros (que não sejam adiantamentos e empréstimos de uma instituição financeira);

- Pagamentos de caixa para contratos futuros, contratos de *forwards*, contratos de opção e contratos de *swap*, exceto quando os contratos sejam mantidos para fins de negociação ou de comercialização, ou os pagamentos sejam classificados como atividades de financiamento; e

- Recebimentos de caixa de contratos futuros, contratos de *forwards*, contratos de opção e contratos de *swap*, exceto quando os contratos sejam mantidos para fins de negociação ou de comercialização, ou os recebimentos sejam classificados como atividades de financiamento.

Para os contratos que forem registrados como proteção *hedge* de uma posição identificável, os fluxos de caixa deste contrato serão classificados da mesma maneira que os fluxos de caixa da posição que esteja protegida.

7.8.4 Atividades de Financiamentos

IAS 7-17. A divulgação separada de fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil na predição de reivindicações futuras de fluxos de caixa pelos fornecedores de capitais à empresa. São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento:

- Proventos de caixa provenientes da emissão de ações ou de outros instrumentos de capital próprio;

- Pagamentos de caixa a detentores para adquirir ou resgatar as ações da empresa;
- Entradas de caixa provenientes da emissão de certificados de dívida, empréstimos, fianças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos obtidos a curto ou longo prazo;
- Reembolsos de caixa de valores de empréstimos obtidos; e
- Pagamentos de caixa por um locatário para a redução de uma dívida em aberto referente a uma locação financeira.

7.8.5 Transações em Moeda Estrangeira

IAS 7-25. Os fluxos de caixa resultantes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda funcional de uma entidade, mediante a aplicação sobre a importância ou valor em moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data do fluxo de caixa.

IAS 7-26. Os fluxos de caixa de uma subsidiária estrangeira devem ser convertidos com base nas taxas de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira nas datas do fluxo de caixa.

IAS 7-27. Os fluxos de caixa denominados moeda numa moeda estrangeira são reportados de maneira consistente com a IAS 21 - Contabilização dos Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio. Esta permite o uso de uma taxa de câmbio que se aproxime da taxa real. Por exemplo, uma taxa de câmbio média ponderada de um período pode ser usada para registrar a conversão de moeda estrangeira ou a conversão dos fluxos de caixa de uma subsidiária estrangeira. Porém a IAS 21, não permite o uso da taxa de câmbio na data do balanço quando forem convertidos os fluxos de caixa de uma subsidiária estrangeira.

IAS 7-28. Os ganhos e as perdas não-realizados provenientes de alterações de taxas de câmbio de moeda estrangeira não são fluxos de caixa. Porém, o efeito das

alterações das taxas de câmbio sobre caixa e seus equivalentes mantidos ou devidos numa moeda estrangeira é reportados na demonstração dos fluxos de caixa a fim de reconciliar caixa e seus equivalentes no começo e no fim do período. Este valor é apresentado separadamente dos fluxos de caixa e das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui as diferenças, se as houver, caso estes fluxos de caixa tivessem sido reportados com base nas taxas de câmbio do fim período.

7.8.6 Juros e Dividendos

IAS 7-31. Cada um dos fluxos de caixa de juros e dividendos recebidos e pagos deve ser divulgado separadamente. E devem ser classificados período a período como atividade operacional, de investimento ou de financiamento.

IAS 7-32. O montante de juros pagos durante um período deve ser divulgado na demonstração de fluxos de caixa quer tenha sido reconhecida como uma despesa na demonstração dos resultados, mesmo que tenha sido capitalizada de acordo com o tratamento alternativo da IAS 23 – Custos de Empréstimos Obtidos.

IAS 7-33. Os juros pagos e os juros e dividendos recebidos são geralmente classificados como fluxos de caixa operacionais quanto a uma instituição financeira. Porém, não há consenso sobre a classificação destes fluxos de caixa para outras empresas. Os juros pagos e juros e dividendos recebidos podem ser classificados como fluxos de caixa operacionais porque entram na determinação do resultado líquido. Alternativamente os juros pagos e os juros e dividendos recebidos como fluxos de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimento respectivamente porque são custos de obtenção de recursos financeiros ou retorno de investimentos.

IAS 7-34. Os dividendos pagos podem ser classificados como fluxos de caixa de financiamento porque representam um custo na obtenção de recursos financeiros. Alternativamente os dividendos pagos podem ser classificados como um componente de fluxo de caixa das atividades operacionais a fim de ajudar os usuários a determinar a capacidade de uma empresa de pagar dividendos a partir dos fluxos de caixa operacionais.

7.8.7 Imposto de Renda

IAS 7-35. Os fluxos de caixa provenientes de imposto de renda devem ser divulgados separadamente, devendo ser classificados como fluxos de caixa de atividades operacionais, a menos que possam ser especificamente identificados com as atividades de financiamento e de investimento.

IAS 7-36. Os impostos de renda provêm de transações que dão origem a fluxos de caixa os quais são classificados como atividades operacionais, de investimento ou de financiamento, numa demonstração de fluxo de caixa.

7.8.8 Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto

IAS 7-37. Quando se contabilizar um investimento numa associada ou numa subsidiária, contabilizando pelo uso do método da equivalência patrimonial ou pelo método do custo, uma investidora restringe o seu relatório na demonstração de fluxo de caixa aos fluxos de caixa entre ela própria e a investida, como por exemplo, aos dividendos e adiantamentos.

IAS 7-38. Uma empresa que reporta sua participação numa entidade controlada em conjunto (ver IAS 31 – Relatório Financeiro de Participações em Empreendimentos Controlados em Conjunto) usando a consolidação proporcional, incluirá na sua demonstração consolidada de fluxos de caixa a sua parte proporcional dos fluxos de caixa da entidade controlada em conjunto. Uma empresa que reporte tal interesse tal interesse usando o método da equivalência patrimonial inclui na sua demonstração de fluxos de caixa os fluxos de caixa que respeitem os seus investimentos na entidade controlada em conjunto, e distribuições e outros pagamentos ou recebimentos entre ela e a entidade controlada em conjunto.

7.8.9 Aquisições e Alienações de Subsidiárias e de outras Unidades Empresariais

IAS 7-39. Os fluxos de caixa adicionados provenientes de aquisições e alienações de subsidiárias ou de outras unidades devem ser apresentados separadamente e classificados como atividades de investimento,

IAS 7-40. Uma empresa deve divulgar, adicionalmente, no que diz respeito tanto a aquisições como alienações de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- O valor total da compra ou da alienação;
- A parcela ou valor da compra ou da alienação liquidada por meio de caixa e seus equivalentes;
- A parcela ou valor de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial adquirida ou alienada; e
- O montante dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes, na subsidiária ou unidade empresarial adquirida, ou alienada, resumida por cada categoria principal.

IAS 7-41. A apresentação separada dos efeitos dos fluxos de caixa de aquisições e de alienações de subsidiárias e de outras unidades empresariais em linhas de itens individuais, juntamente com a divulgação em separados dos ativos e de passivos adquiridos ou alienados, contribui para distinguir esses fluxos de caixa dos fluxos de caixa provenientes das outras atividades de investimento e de financiamento. Os efeitos dos fluxos de caixa de alienações não são deduzidos das aquisições.

IAS 7-42. O valor total de caixa ou equivalentes pagos ou recebidos como retribuição de compra ou de venda é reportado na demonstração de fluxos de caixa, pelo líquido de caixa e seus equivalentes adquiridos ou alienados.

7.8.10 Transações que não influenciam o Fluxo de Caixa ou Equivalentes

IAS 7-43. As transações de investimento e de financiamento que não exijam o uso de caixa ou seus equivalentes devem ser excluídas da demonstração de fluxo de caixa. Tais operações devem ser divulgadas em outra parte das demonstrações financeiras de tal maneira que proporcionem toda informação relevante referente às atividades de investimento e de financiamento.

IAS 7-44. A maior parte das atividades de financiamento e de investimento não tem um impacto direto nos fluxos correntes de caixa, embora possa afetar a estrutura do capital e do ativo da empresa. A exclusão das transações que não influenciam o caixa e equivalentes da demonstração de fluxo de caixa é consistente com o objetivo de uma demonstração de fluxo de caixa porque esses elementos não envolvem fluxos de caixa no período corrente. Exemplos de operações que não influenciam o caixa e equivalentes são:

- A aquisição de ativos mediante assunção de passivos diretamente relacionados ou por meio de uma locação financeira;
- A aquisição de uma empresa por meio de uma emissão de capital; e
- A conversão de dívida em capital.

7.8.11 Divulgações Adicionais – Componentes de Caixa e Equivalentes

IAS 7-45. Uma empresa deve divulgar os componentes de caixa e seus equivalentes e deve apresentar uma reconciliação dos valores incluídos na sua demonstração de fluxos de caixa com os itens equivalentes reportados no balanço.

IAS 7-46. Devido à variedade das práticas de gestão de caixa e de acordos bancários em todo o mundo e de haver conformidade com a IAS 1, relacionada com a divulgação das políticas contábeis, uma empresa divulga a política que adota na determinação da composição de caixa e seus equivalentes.

IAS 7-47. O efeito de qualquer alteração na política de determinação dos componentes de caixa e seus equivalentes, como por exemplo, uma alteração na classificação de instrumentos financeiros anteriormente considerados como sendo parte da carteira de investimentos de uma empresa, será reportado de acordo com a IAS 8 – Políticas Contábeis, Alterações nas estimativas contábeis e erros.

7.8.12 Divulgações Adicionais – Caixa e Equivalentes de Caixa Mantidos e Não-Disponíveis

IAS 7-48. Uma empresa deve divulgar, juntamente com um comentário da gerência, o montante dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes mantidos pela empresa e que não estejam disponíveis para o uso do grupo.

IAS 7-49. Há várias circunstâncias em que os saldos de caixa e seus equivalentes mantidos por uma empresa não estão disponíveis para uso do grupo. Exemplos incluem saldos de caixa e seus equivalentes mantidos por uma subsidiária que opere num país onde haja rígidos controles sobre trocas monetárias ou outras restrições legais quando os saldos não estejam disponíveis para uso geral pela empresa-mãe “controladora” ou outras subsidiárias.

7.8.13 Divulgações Adicionais – Aspectos Relevantes e Comentários da Gerência

IAS 7-50. Pode ser relevante informação adicional para os usuários para compreensão da posição financeira e liquidez de uma empresa. Encoraja-se a divulgação desta informação, juntamente com um comentário da gerência, podendo incluir:

- O montante das facilidades de empréstimos obtidos não usados que possa estar disponível para atividades operacionais futuras e para liquidar compromissos de capital, indicando quaisquer restrições no uso destas facilidades;
- Os montantes totais dos fluxos de caixa de cada uma das atividades operacionais, de investimento e de financiamento relacionados com participações

em empreendimentos controlados em conjunto reportados pelo uso da consolidação proporcional;

- O montante total de fluxos de caixa que representam excessos em relação à demanda da capacidade operacional, reportando separadamente dos fluxos de caixa que sejam exigidos para manter a capacidade operacional; e
- O valor dos fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento de cada segmento de negócios e geográfico, reportando conforme relatório por segmentos (IAS 14 – Relatório por Segmentos).

IAS 7-51. É útil a divulgação separada de fluxos de caixa que representam excesso em relação à demanda pela capacidade operacional e fluxos de caixa que sejam exigidos para manter a capacidade operacional, pois facilita aos usuários determinar se a empresa está investindo adequadamente na manutenção da sua capacidade operacional. Uma empresa que não investe adequadamente na manutenção da sua capacidade operacional pode prejudicar a lucratividade futura a favor da liquidez corrente e distribuições aos acionistas ou sócios.

IAS 7-52. A divulgação de fluxos de caixa por segmento facilita aos usuários a obtenção de melhor compreensão da relação entre os fluxos de caixa da empresa como um todo e os fluxos das suas partes componentes e a disponibilidade e a variabilidade dos fluxos de caixa por segmentos.

7.9 Demonstração do Fluxo de Caixa - Modelos Ilustrativos

Quadro 3 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto

Provenientes ou (Utilizados) nas Atividades Operacionais	R\$ Mil	
	2.005	2.004
Das Operações		
Lucro Líquido do Exercício	110.000	70.000
Ajustes do Lucro Líquido para Lucro das Operações	(1.700)	11.900
Lucro das Operações	108.300	81.900
Ajustes Provenientes dos Efeitos que não Afetam o Caixa	121.400	135.330
Fluxo de Caixa das Operações antes dos Efeitos nos Ativos Líquidos	229.700	217.230
Diminuição ou (Acréscimos) nos Ativos	50.260	6.240
Acréscimos ou (Diminuição) nos Passivos	(97.000)	30.345
Efeito Líquido em Caixa Proveniente da Variação nos Ativos Líquidos	(46.740)	36.585
Fluxo de Caixa Total (utilizado) ou Proveniente das Operações	182.960	253.815
Fluxo de Caixa (Utilizado) ou Proveniente de outras		
Transações das Atividades Operacionais	(22.000)	38.800
Fluxos de Caixa Líquidos, Provenientes ou (Utilizados) nas Atividades Operacionais	160.960	292.615
Fluxos de Caixa Líquidos, Provenientes ou (Utilizados) nas Atividades de Investimentos	5.010	(12.985)
Fluxos de Caixa Líquidos, Provenientes ou (Utilizados) nas Atividades de Financiamentos	30.910	(20.620)
Aumento (Decréscimo) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	196.880	259.010
Caixa e Equivalentes de Caixa - Saldo Inicial Caixa e Equivalentes de Caixa	324.010	45.000
Efeitos das alterações nas taxas de Câmbio	(40.000)	35.000
Efeitos das alterações Provenientes da Consolidação	25.000	(15.000)
Saldo Inicial Após eliminação dos Efeitos	314.010	145.000
Aumento ou Decréscimo Líquido em Caixa e Equivalente	196.880	259.010
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	505.890	324.010

FONTE: SANTOS; 2007, p. 386.

Quadro 4 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto

Fluxos de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	R\$ Mil	
	2.005	2.004
Fluxo de Caixa das Operações		
Recebimentos de Clientes	2.010.000	1.820.000
Recebimentos de Subsídios Governamentais	9.260	1.115
Pagamentos a Fornecedores	(980.000)	(920.000)
Pagamentos a Empregados	(450.000)	(410.000)
Pagamentos Dispendios Pesquisa e Desenvolvimento	(55.000)	(35.000)
Pagamentos Garantias Esperadas	(135.000)	(120.000)
Pagamentos Terceiros Opções sobre Ações	(38.000)	-
Pagamentos a Favor de Empregados	(45.000)	(12.100)
Pagamentos Dispendios com Reestruturação	(78.000)	(6.200)
Pagamentos Recebimentos Líquidos Impostos Indiretos	(78.000)	(46.000)
Outros Recebimentos ou Pagamentos	22.700	(18.000)
Fluxo de Caixa Proveniente (Utilizado) nas Operações	182.960	253.815
Fluxo de Caixa de Outras Atividades Operacionais		
Provenientes de Dividendos Recebidos Classificados como Operacionais	1.000	1.000
Pagamentos de Dividendos Classificados como Operacionais	(15.000)	15.000
Provenientes dos Juros Recebidos Classificados como Operacionais	12.000	12.000
Pagamento de Juros Classificados como Operacional	(6.800)	8.500
Provenientes do Imposto de Renda Reembolsados	6.800	6.800
Pagamentos de Imposto de Renda	(12.000)	(12.000)
Outros Ingressos (Desembolsos) de Outras Atividades Operacionais	(8.000)	7.500
Fluxo de Caixa de Outras Atividades Operacionais	(22.000)	38.800
Fluxo de Caixa Líquido Atividades Operacionais	160.960	292.615
Fluxo de Caixa Líquido Atividades Investimentos	5.010	(12.985)
Fluxo de Caixa Líquido Atividades Financiamentos	30.910	(20.620)
Acréscimos Decréscimos Líquidos em Caixa e Equivalentes	196.880	259.010
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	324.010	45.000
Efeitos das alterações nas taxas de Câmbio	(40.000)	35.000
Efeitos das alterações Provenientes da Consolidação	25.000	(15.000)
Saldo Inicial Após eliminação dos Efeitos	314.000	145.000
Aumento ou Decréscimo Líquido em Caixa e Equivalente	196.880	259.010
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	505.890	324.010

FONTE: SANTOS; 2007, p. 394.

8 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

Relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e sua distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração. O somatório dos valores obtidos na Demonstração do Valor Adicionado apresentados pelas unidades produtivas dos mais variados níveis de atividades econômicos pode ser considerado o próprio Produto Interno Bruto – PIB do país.

8.1 Objetivos

Demonstrar a geração de riqueza e a forma como essa riqueza é distribuída, e também o valor adicionado em cada um dos fatores de produção e seu destino, conforme segue:

- Geração de tributos ao governo;
- Dispendio na remuneração dos empregados;
- Remuneração do capital de terceiros;
- Remuneração dos acionistas.

8.2 Itens a Evidenciar

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA deve evidenciar:

- A receita bruta e outras receitas;
- Os insumos adquiridos de terceiros;

- Os valores retidos pela entidade;
- Os valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades;
- O valor total adicionado a distribuir;
- A distribuição do valor adicionado.

8.3 Necessidade de Elaboração desta Demonstração

Decorrente das seguintes situações:

- A Demonstração do Resultado do Exercício não identifica todos os valores agregados, mas apenas a parcela da riqueza criada que efetivamente fica na empresa, o lucro.
- As demais demonstrações contábeis são omissas quanto à informação do valor que a entidade está adicionando ou agregando as mercadorias ou insumos que adquire.
- As demais demonstrações contábeis são omissas também, quanto à informação de como estão sendo distribuídas as riquezas produzidas pela empresa e qual o valor.

8.4 Demonstração do Valor Adicionado - Modelo Ilustrativo

8.4.1 Demonstração do Valor Adicionado – Elementos

Quadro 5 – Demonstração do Valor Adicionado – Elementos

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
1 - RECEITAS	
1.1 Vendas de Mercadorias, produtos e serviços	
1.2 Provisão para devedores duvidosos (reversão/constituição)	
1.3 Não Operacionais	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS/IIPI)	
2.1 Matérias-primas consumidas	
2.2 Custo das mercadorias e serviços vendidos	
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.4 Perda/Recuperação de valores ativos	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 - RETENÇÕES = Depreciação, amortização e exaustão	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1 Resultado de Equivalência Patrimonial	
6.2 Receitas Financeiras	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	

FONTE: PEREZ; 2008, p. 3.

8.4.2 Demonstração do Valor Adicionado – Distribuição

Quadro 6 – Demonstração do Valor Adicionado – Distribuição

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1 Pessoal e encargos	
8.1.1 Salários e Encargos	
8.1.2 Comissões sobre vendas	
8.1.3 Honorários da diretoria	
8.1.4 Participação do empregados nos lucros	
8.1.5 Planos de Aposentadoria e Pensão	
8.2 Impostos, taxas e contribuições	
8.2.1 Federais	
8.2.2 Estaduais	
8.2.3 Municipais	
8.2.4 Menos: Incentivos Fiscais	
8.3 Financiadores	
8.3.1 Juros	
8.3.2 Aluguéis	
8.4 Investidores	
8.4.1 Juros sobre capital próprio	
8.4.2 Dividendos	
8.5 Lucros retidos/prejuízo do exercício	

FONTE: PEREZ; 2008, p. 6.

8.4.3 Demonstração do Valor Adicionado – Análise (Exemplo)

A) Geração do Valor Adicionado

Quadro 7 – Geração do Valor Adicionado

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE				
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2001	%	2000	%
Receita de Vendas	8.617	100	5.189	100
(-) Aquisição de produtos	(823)	(12)	(650)	(13)
(-) Serviços Contratados	(785)	(12)	(550)	(11)
(-) Materiais	(410)	(6)	(378)	(7)
(-) Óleo Combustível e gases	(328)	(5)	(256)	(5)
(-) Pesquisa e desenvolvimento, comerciais e administrativas	(251)	(4)	(181)	(4)
(-) Outras despesas operacionais	(753)	(11)	(649)	(13)
Valor Adicionado Bruto	3.267	49	2.505	48
Depreciações e Amortizações	(494)	(7)	(284)	(5)
Valor Adicionado Líquido (A)	2.773	42	2.221	43
RECEBIMENTO DE TERCEIROS (B)	2.293	35	913	18
Receitas Financeiras	508	8	326	6
Resultado de Participações Societárias	37	1	715	14
Resultado em Operações Descontinuadas	1.770	27	184	4
Déficit atuarial - fundo de pensão	(22)	(0)	(312)	(6)
Valor Adicionado Total (A+B)	5.066	77	3.134	61

FONTE: PEREZ; 2008, p. 7.

B) Distribuição do Valor Adicionado

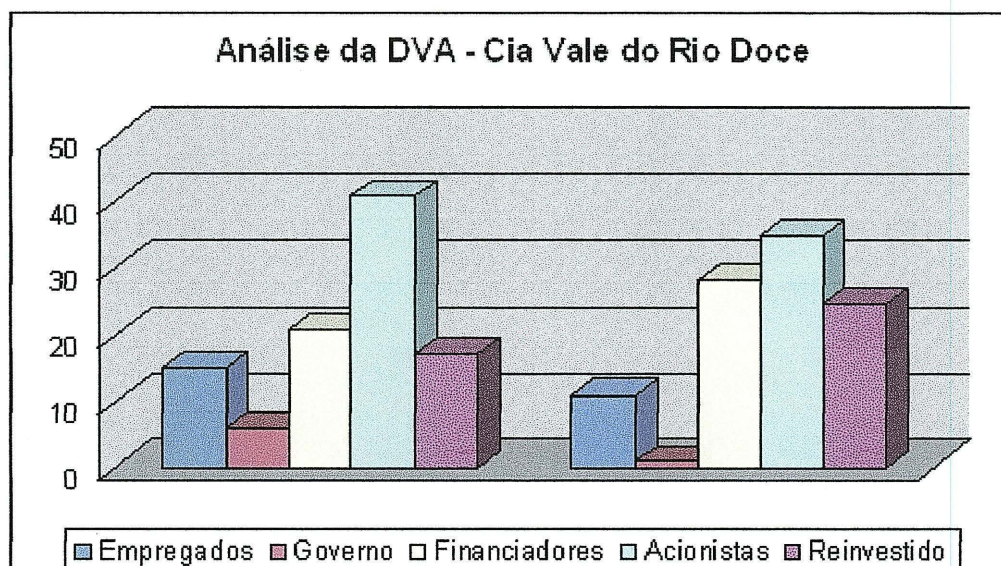
Quadro 8 – Distribuição do Valor Adicionado

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2001	%	2000	%
Empregados	555	11	474	15
Governo	49	1	186	6
Financiadores	1.433	28	653	21
Acionistas	1.774	35	1.282	41
Reinvestido	1.255	25	539	17
	5.066	100	3.134	100

Fonte: Lei 11.638/07 - Reforma da Lei das S/A - José Hernandes Perez Júnior

FONTE: PEREZ; 2008, p. 8.

Quadro 9 – Análise DVA



FONTE: PEREZ; 2008, p. 9.

A partir da Demonstração do Valor Adicionado, é possível obter informações como a formação do PIB, o nível de contribuição de uma empresa para a riqueza regional ou setorial, verificar a contribuição da empresa a sociedade em geral através de pagamentos de impostos ao governo e também medir o nível de participação da mão-de-obra na geração da sua riqueza.

9 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - *IMPAIRMENT*

De acordo com a Deliberação CVM nº 527, de 1º de Novembro de 2007, a partir de 2009 deverá ser adotado o Pronunciamento Técnico CPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos, alinhado com a norma internacional de contabilidade – IAS 36.

9.1 Objetivo

Assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. E define

9.2 Definições

- Valor Recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.
- Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera resultem futuros benefícios econômicos para a entidade.
- Unidade geradora de Caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera as entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos.
- Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.

- Valor líquido de venda é o valor a ser obtido pela venda de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa em transações em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas estimadas de venda.

9.3 Exemplo de Teste de *Impairment*

Quadro 10 – Exemplo de Teste de *Impairment*

Impairment - Perda de valor recuperável			
Equipamento	"A"	"B"	
Valor Contábil = Custo	R\$ 100	R\$ 100	
Valor em Uso	R\$ 130	R\$ 90	
Valor Venda	R\$ 110	R\$ 70	
Valor Recuperável	R\$ 130	R\$ 90	
IMPAIRMENT	NÃO	SIM	
Perda - Impairment		R\$ 10	
Saldo Depreciável	R\$ 100	R\$ 90	

FONTE: PEREZ; 2008, p. 4.

9.4 Indicadores Externos e Internos de *Impairment*

A) Externos:

- Queda significativa do valor de mercado do ativo ou do produto por ele gerado.

- Alterações desfavoráveis no ambiente operacional.

- Aumento das taxas de juros do mercado.

- Ativos líquidos (patrimônio líquido) excedem valor de mercado da empresa.

B) Internos:

- Evidência de obsolescência ou dano.
- Mudanças estratégicas ou operacionais desfavoráveis.
- Desempenho abaixo das provisões.

9.5 Divulgações Exigidas

Deverão ser observadas as divulgações descritas na norma internacional de contabilidade – IAS 36, para as seguintes informações:

- Divulgação do Montante das Perdas e Reversões das Perdas Durante o Período (IAS 36, parágrafos 126 a 128).
- Perdas e Reversões de Imparidades, por Segmento Reportável “Base Primária” no Relatório por Segmento (IAS 36, parágrafo 129).
- Perda Material Reconhecida ou Revertida, Individual para cada Ativo ou Unidade Geradora de Caixa (IAS 36, parágrafos 130 a 131).
- Pressupostos Utilizados para Determinar o Montante Recuperável de Ativos e/ou Unidades Geradoras de Caixa (IAS 36, parágrafo 132).
- Ágio *Goodwill*, não Imputado a uma Unidade Geradora de Caixa (IAS 36, parágrafo 133).
- Estimativas Usadas para Mensurar Valores Recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa, Contendo *Goodwill* ou ativos Intangíveis com Vidas Úteis Indefinidas (IAS 36, parágrafos 134 a 136).

10 ATIVOS INTANGÍVEIS – IAS 38

A nova lei 11.638/07 estabelece a criação de dois novos subgrupos de contas: o Intangível, no ativo permanente e os Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido. Foram também especificadas novas definições, em linha com os padrões internacionais de contabilidade, sendo que no intangível deverão ser classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. (Art. 179).

A norma internacional de contabilidade - IAS 36, estabelece os critérios de reconhecimento, mensuração, divulgações exigidas e tratamento específico aos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física mantido para uso na produção, para o fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros ou para propósitos administrativos.

Um intangível deve ser registrado ao custo se for provável que os benefícios econômicos futuros a ele atribuíveis sejam gerados pela entidade; e se o custo do ativo puder ser mensurável com segurança.

Intangíveis gerados internamente, como fundos de comércio, marcas e patentes, títulos de publicações, custos com pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou aprimoramentos, custos pré-operacionais e itens substancialmente semelhantes que tenham sido gerados internamente não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis, mas sim considerados como despesas na medida em que incorridos.

A vida útil de um ativo intangível não deve exceder a 20 anos da data em que o ativo estava disponível para uso. Todavia, se uma entidade decidir amortizar o ativo além do período de 20 anos, o seu valor de recuperação deve ser estimado para o teste de recuperação pelo menos ao final de cada exercício.

O valor de recuperação dos ativos intangíveis deve ser obtido de acordo com o CPC 01/ IAS 36, e deve incluir intangíveis ainda não prontos para uso na data do balanço.

11 ARRENDAMENTOS (LEASES) – IAS 17

A norma internacional de contabilidade - IAS 17, estabelece os critérios de reconhecimento, mensuração, divulgações exigidas e tratamento específico aos arrendamentos.

A norma define a classificação das locações de acordo com a extensão até a qual os riscos e vantagens inerentes a propriedade de um ativo locado permanecem no locador ou no locatário.

As locações financeiras são as que transferem substancialmente ao locador todos os riscos e recompensas incidentes a propriedade do ativo.

11.1 Locações nas Demonstrações Financeiras

A) Dos locadores:

- O arrendamento operacional deve ser contabilizado pelos pagamentos que são debitados ao resultado pelo método linear ou em outra base sistemática que seja mais representativa dos benefícios gerados pelo arrendamento.

- O arrendamento financeiro deve ser contabilizado no início do prazo da locação como ativos e passivos no balanço por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada, ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Para cálculo do valor presente, deverá ser utilizada taxa de desconto correspondente a taxa de juro implícita na locação.

- Os pagamentos mínimos de encargos devem ser reconhecidos separadamente do valor da redução do passivo. A locação financeira dá origem à depreciação (conforme vida útil estimada). Se não houver certeza razoável de que o

locatário ficara com o ativo no final do arrendamento, o ativo deve ser totalmente depreciado durante o prazo da locação, ou da sua vida útil, o que for mais curto.

B) Dos locatários:

- Os locatários devem apresentar os ativos sujeitos as locações operacionais de acordo com a natureza do ativo, e o critério para depreciação a ser utilizado é o mesmo para ativos semelhantes, os rendimentos provenientes destas locações devem ser reconhecidos numa base reta durante o prazo da locação, salvo se outra base sistemática for mais representativa.

- Os ativos detido segundo uma locação financeira devem ser reconhecidos nos balanços dos locatários como uma conta a receber, por uma quantia igual ao investimento líquido na locação. O reconhecimento do rendimento financeiro deve estar baseado numa taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido do locador.

11.2 Exemplo de Contabilização

Quadro 11 – Exemplo de Contabilização

Leasing de uma máquina: 36 mensalidades de R\$ 1.200 = R\$ 43.200		Valor Presente: R\$ 36.000 Valor Residual Garantido = R\$ 1,00	
Forma Contratual Aluguel		Essência Operacional Compra Financiada	
Registro contábil na contratação:		Registro contábil na contratação	
D - Ativo Imobilizado	R\$ 0,00	D - Ativo Imobilizado	R\$ 36.000
C - Obrigações de Leasing	R\$ 0,00	C - Obrigações de Leasing	R\$ 36.000
Registro mensal dos pagamentos		Registro mensal dos pagamentos	
D - Despesa de Leasing	R\$ 1.200,00	D - Obrigações de leasing	R\$ 1.000
C - Caixa	R\$ 1.200,00	D - Despesas Financeiras	R\$ 200
		C - Caixa	R\$ 1.200
Na opção de compra		* Registro da Depreciação com base na vida útil estimada.	
D - Ativo Imobilizado	R\$ 1,00		
C - Caixa	R\$ 1,00		

FONTE: PEREZ; 2008, p. 2.

CONCLUSÃO

Vivemos um dos momentos mais importantes na história da evolução da Contabilidade, no Brasil e no mundo.

As maiores economias do mundo já utilizam ou estão em processo de convergência para a adoção das normas IFRS, que representam referência de qualidade e transparência das demonstrações contábeis.

As normas internacionais representam um conjunto de princípios, técnicas e exigências que quando adotadas possibilitam um grande salto na qualidade das informações financeiras, atendendo a necessidade dos mais diferentes usuários.

O Brasil, devido às mudanças provocadas pelas alterações na legislação está efetivamente inserido no processo de convergência contábil internacional.

Uma das primeiras empresas a implantar o padrão IFRS no Brasil está sendo o Grupo Gerdau, em um estudo divulgado pela companhia são apontadas as experiências, dificuldades encontradas, benefícios e expectativas. Ühlein (2008, p. 10), cita como dificuldades as questões de:

“Interpretação, julgamento e consenso sobre a aplicação das normas; Duas empresas de auditoria externa em função do rodízio de auditores imposto pela CVM; Falta de Benchmarking no mercado para ser utilizado como referência; Utilização da base em BRGAAP antes da Lei 11.638/07.”

Conclui-se que a inserção do Brasil no processo de convergência contábil internacional irá exigir grandes esforços dos profissionais envolvidos com as demonstrações financeiras para transposição das dificuldades que serão encontradas durante e após o processo de conversão. Porém, percebe-se que a boa receptividade em relação à adoção do IFRS vem do consenso de que esta é uma mudança muito positiva para melhoria da qualidade das demonstrações financeiras no país.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 10520:** informação e documentação / trabalhos acadêmicos / apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 14724:** informação e documentação / trabalhos acadêmicos / apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 6023:** informação e documentação / trabalhos acadêmicos / apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 6024:** informação e documentação / trabalhos acadêmicos / apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. Ed.. São Paulo: Atlas, 2002.

IASB. **Resumos de IFRSs e IASs**. Disponível em: < <http://www.iasb.org/IFRS+Summaries/Resumos+de+IFRSs+e+IASs+Portugu%c3%aas+2007/Resumos+de+IFRSs+e+IASs+-+Portugu%c3%aas.htm>>. Acesso em 11 nov 2007.

IBRACON. **Normas Internacionais de Contabilidade**. Instituto Brasileiro de Contadores. IBRACON, 1998.

KPMG. **Comparações Entre Práticas Contábeis (Accounting Practices Comparison)**. KPMG, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade *et al.* **Manual do Mestrando e Doutorando da FEA**. São Paulo, 2004.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. **Lei 11.638/07 – Reforma da Lei das S/A (6.404/76) e Harmonização das Práticas Contábeis Brasileiras com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS)**. Curitiba: Cenofisco, 2008.

Receita Federal do Brasil. **Pronunciamentos Contábeis em Audiência Pública**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Contabilidade/pronunciamentos.htm>>. Acesso em 10 dez 2007.

Receita Federal do Brasil. **The International Accounting Standards Board - IASB (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade)**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Contabilidade/iasb.htm>>. Acesso em 10 dez 2007.

SANTOS, João José. **IFRS – Manual de Contabilidade Internacional**. 1. Ed., São Paulo: Lex Editora S.A, 2007.

TRINDADE, Marcelo Fernandez. **Instrução 457 de 13/07/2007**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 09 dez 2007.

ÜHLEIN, Clemir. **Adoção do IFRS pelo Grupo Gerdau**. Disponível em: <www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/ifrs_Gerdau.pdf>. Acesso em 13 jun 2008.

ANEXOS

ANEXO A - Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007.

ANEXO B – Instrução CVM nº 457 de 13 de julho de 2007.



LEI No. 11638 DE 28 /12 /2007
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR
PUBLICADO NO DOU NA PAG. 00002 EM 28 /12 /2007

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 176 a 179, 181 a 184, 187, 188, 197, 199, 226 e 248 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 176.....

.....

IV - demonstração dos fluxos de caixa; e

V - se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

.....

§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa." (NR)

"Art. 177.....

.....

§ 2º As disposições da lei tributária ou de legislação especial sobre atividade que constitui o objeto da companhia que conduzam à utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou à elaboração de outras demonstrações não elidem a obrigação de elaborar, para todos os fins desta Lei, demonstrações financeiras em consonância com o disposto no caput deste artigo e deverão ser alternativamente observadas mediante registro:

I - em livros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil; ou

II - no caso da elaboração das demonstrações para fins tributários, na escrituração mercantil, desde que sejam efetuados em seguida lançamentos contábeis adicionais que assegurem a preparação e a divulgação de demonstrações financeiras com observância do disposto no caput deste artigo, devendo ser essas demonstrações auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

.....

§ 5º As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

§ 6º As companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.

§ 7º Os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para harmonização de normas contábeis, nos termos do § 2º deste artigo, e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários." (NR)

"Art. 178.....

1º

.....

c) **ativo** permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

§ 2º

d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

....." (NR)

"Art. 179.....

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

V - no diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional;

VI - no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

....." (NR)

"(VETADO)"

"Art. 181. (VETADO)"

"Patrimônio Líquido"

"Art. 182.....

§ 1º

c) (revogada);

d) (revogada).

§ 3º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo (§ 5º do art. 177, inciso I do caput do art. 183 e § 3º do art. 226 desta Lei) e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

....." (NR)

"Critérios de Avaliação do Ativo"

"Art. 183.....

I - as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo:

a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e

b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito;

VII - os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização;

VIII - os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

§ 1º.....

d) dos instrumentos financeiros, o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro:

- 1) o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares;
- 2) o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou
- 3) o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros.

§ 2º A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado, intangível e diferido será registrada periodicamente nas contas de:

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:

• registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II - revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

....." (NR)

"Critérios de Avaliação do Passivo"

"Art. 184.....

III - as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante." (NR)

"Demonstração do Resultado do Exercício"

"Art. 187.....

VI - as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

§ 2º (Revogado)." (NR)

"Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado"

"Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

I - demonstração dos fluxos de caixa - as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

- a) das operações;
- b) dos financiamentos; e
- c) dos investimentos;

II - demonstração do valor adicionado - o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram

para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

....." (NR)

● "Reserva de Lucros a Realizar"

"Art. 197.....

§ 1º

.....

II - o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

....." (NR)

"Limite do Saldo das Reservas de Lucro"

"Art. 199. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembléia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos." (NR)

● "Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão"

"Art. 226.....

.....

§ 3º Nas operações referidas no caput deste artigo, realizadas entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada ou decorrente de fusão ou cisão serão contabilizados pelo seu valor de mercado." (NR)

"Avaliação do Investimento em Coligadas e Controladas"

"Art. 248. No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas sobre cuja administração tenha influência significativa, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com as seguintes normas:

....." (NR)

Art. 2º A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 195-A:

● "Reserva de Incentivos Fiscais"

"Art. 195-A. A assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei)."

Demonstrações Financeiras de Sociedades de Grande Porte

Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Art. 4º As normas de que tratam os incisos I, II e IV do § 1º do art. 22 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, poderão ser especificadas por categorias de companhias abertas e demais emissores de valores mobiliários em função do seu porte e das espécies e classes dos valores mobiliários por eles emitidos e negociados no mercado.

● **Art. 5º** A Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

"Art. 10-A. A Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria,

podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas.

Parágrafo único. A entidade referida no caput deste artigo deverá ser majoritariamente composta por contadores, dela fazendo parte, paritariamente, representantes de entidades representativas de sociedades submetidas ao regime de elaboração de demonstrações financeiras previstas nesta Lei, de sociedades que auditam e analisam as demonstrações financeiras, do órgão federal de fiscalização do exercício da profissão contábil e de universidade ou instituto de pesquisa com reconhecida atuação na área contábil e de mercado de capitais."

Art. 6º Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor.

Art. 7º As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, poderão ser divulgadas, no primeiro ano de vigência desta Lei, sem a indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior.

Art. 8º Os textos consolidados das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com todas as alterações nelas introduzidas pela legislação posterior, inclusive esta Lei, serão publicados no Diário Oficial da União pelo Poder Executivo.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as alíneas *c* e *d* do § 1º do art. 182 e o § 2º do art. 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Brasília, 28 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Arno Hugo Augustin Filho





INSTRUÇÃO CVM Nº 457, DE 13 DE JULHO DE 2007.

Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 11 de julho de 2007, com fundamento no disposto no parágrafo único do artigo 249 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nos incisos I, II e IV do § 1º único do artigo 22 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e

CONSIDERANDO:

a) a importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais, seja em função do aumento da transparência e da confiabilidade nas nossas informações financeiras, seja por possibilitar, a um custo mais baixo, o acesso das empresas nacionais às fontes de financiamento externas;

b) que a CVM vem, desde a década passada, desenvolvendo esforços para possibilitar essa convergência, seja mediante o aperfeiçoamento de suas normas, seja pela apresentação ao Executivo de anteprojeto de lei, hoje transformado no PL nº 3.741/2000;

c) que os mercados e os reguladores de outros países e blocos internacionais, empenhados nesse processo, estão buscando, cada vez mais, desenvolver mecanismos restringindo o acesso daqueles países que ainda não adotaram ou se comprometeram com a adoção das normas contábeis internacionais; e

d) que é essencial encontrarmos alternativas para acelerar esse processo de convergência, sem impor, no entanto, custos extraordinários sem um retorno adequado, e estabelecendo um prazo razoável para as companhias abertas se prepararem.

RESOLVEU:

Art. 1º As companhias abertas deverão, a partir do exercício findo em 2010, apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo aplica-se, ainda, às demonstrações consolidadas do exercício anterior apresentadas para fins comparativos.

Art. 2º Fica facultada às companhias abertas, até o exercício social de 2009, a apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas com a adoção do padrão contábil internacional, emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, em substituição ao padrão contábil brasileiro.

§ 1º Em nota explicativa às demonstrações financeiras consolidadas, e sem prejuízo do disposto no art. 31 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, devem ser divulgados, na forma de



CVM Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 457, DE 13 DE JULHO DE 2007.

reconciliação, os efeitos dos eventos que ocasionaram diferença entre os montantes do patrimônio líquido e do lucro líquido ou prejuízo da controladora, em confronto com os correspondentes montantes do patrimônio líquido e do lucro líquido ou prejuízo consolidados, em virtude da adoção do disposto neste artigo.

§ 2º Fica dispensada, no primeiro exercício de adoção antecipada desta Instrução, a apresentação, para fins de comparação, das demonstrações consolidadas do exercício anterior elaboradas no padrão contábil brasileiro.

Art. 3º As companhias abertas e suas controladas incluídas na consolidação deverão utilizar, no balanço de abertura do 1º exercício da adoção desta Instrução, as informações contidas nas suas demonstrações financeiras auditadas, que tenham sido divulgadas para fins de registro no mercado internacional ou para fins de atendimento às regras do Novo Mercado da Bovespa, e que tenham atendido às Normas do IASB desde sua primeira divulgação.

Art. 4º Os auditores independentes deverão emitir opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras consolidadas às normas internacionais de contabilidade, bem como sobre a suficiência e adequação da nota explicativa referida no parágrafo único do art. 2º.

Art. 5º Esta Instrução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Original assinado por

MARCELO FERNANDEZ TRINDADE

Presidente